



2896 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)  
GT 15/GT 20 - Educação Especial e Psicologia da Educação

#### PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Ana Paula Cunha dos Santos Fernandes - UEPA - Universidade do Estado do Pará  
Iranildo da Silva Oliveira - UEPA - Universidade do Estado do Pará  
Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPESPA

#### PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

**RESUMO:** a discussão deste artigo perpassa pela pessoa com deficiência que estava em fase de conclusão do curso de graduação no nordeste paraense. O objetivo é apresentar a experiência das pessoas com deficiência ao cursar o ensino superior. Este artigo é resultado de uma parceria interinstitucional com pesquisadores de três regiões do Brasil. A metodologia utilizada foi a história de vida por compreender que a pessoa com deficiência pode contextualizar-se no tempo e espaço em questão. Realizou-se duas entrevistas semiestruturadas com alunos de graduação em sua fase final. Dentre os resultados, elenca-se a ausência de acompanhamento institucional ao longo da trajetória acadêmica dos graduandos.

**Palavras-chave:** Educação Especial; Educação Inclusiva; Ensino Superior; História de Vida; Pessoa com Deficiência.

#### PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

**RESUMO:** a discussão deste artigo perpassa pela pessoa com deficiência que estava em fase de conclusão do curso de graduação no nordeste paraense. O objetivo é apresentar a experiência das pessoas com deficiência ao cursar o ensino superior. Este artigo é resultado de uma parceria interinstitucional com pesquisadores de três regiões do Brasil. A metodologia utilizada foi a história de vida por compreender que a pessoa com deficiência pode contextualizar-se no tempo e espaço em questão. Realizou-se duas entrevistas semiestruturadas com alunos de graduação em sua fase final. Dentre os resultados, elenca-se a ausência de acompanhamento institucional ao longo da trajetória acadêmica dos graduandos.

**Palavras-chave:** Educação Especial; Educação Inclusiva; Ensino Superior; História de Vida; Pessoa com Deficiência.

#### Introdução

Ainda paira no imaginário popular a condição incapacitante da pessoa com deficiência, mesmo em tempos de discussão dos direitos e as proposições internacionais de inclusão. No entanto, as pesquisas apresentam a fala de outros sobre a pessoa com deficiência, de seus pais, de seus professores, e poucas as que apresentam a voz deste público e suas perspectivas.

Para Moraes *et al* (2017), a realidade das pessoas com deficiência tem sido dominada, muitas vezes, por uma perspectiva reabilitacional e individualizada. Estes autores destacam uma perspectiva crítica relativamente nova dentro das ciências humanas e sociais, sobretudo no âmbito dos Estudos da Deficiência: a de dar voz à pessoa com deficiência.

Fernandes e Denari (2017, p. 78) destacam que:

Em tempos de educação inclusiva, tem-se a ideia de que preconceito ou estigma são assuntos desnecessários e que todos já compreendem a condição da pessoa com deficiência reafirmada na Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015) e que agora já não a chamam de “doidinha”, nem de portadora, nem de incapaz. Afinal, ela tem o direito garantido, em leis específicas, que a assegura nas escolas, tem descontos para compra de veículos, tem passe livre nos transportes terrestres em linha interestadual, tem descontos e “prioridade” no plano de habitação “Minha Casa, Minha Vida” e tem prioridade nos atendimentos em estabelecimentos diversos. Contudo, não é bem assim. A pessoa com deficiência, que é público-alvo da Educação Especial, ainda vivencia situações constrangedoras e excludentes, além de humilhantes, por todo tipo de indivíduo, independentemente do nível social ou de escolaridade.

As autoras destacam ainda que:

A pessoa com deficiência, embora possua alguma especificidade visual, auditiva, física e intelectual, e, em muitos casos, não aceite a postulação médica – deficiente –, não quer ser vista pela deficiência, qualquer que seja, mas pela sua diversidade, sendo respeitada por suas diferenças, por sua singularidade. A pessoa com deficiência não deve ser negada, nem se deve tampouco fixar-se apenas nas deficiências, não se deve prover um conceito de deficiência que a reduza às lesões e aos impedimentos físicos e/ou sensoriais; ao contrário, é possível e viável que se pense nas suas possibilidades e potencialidades, para além de qualquer (im)possível e marginal limitação. (FERNANDES; DENARI, 2017, p. 86)

Este artigo é resultado da parceria interinstitucional que envolvem três regiões do Brasil: Norte, Nordeste e Sudeste. Todas as instituições envolvidas são de ensino superior e públicas. Há apenas uma estadual.

O aumento quantitativo de matrículas de PcD na educação superior passou de 2.173, em 2000, para 20.287, em 2010, sendo que 6.884 destas matrículas foram na rede pública e 13.403, na particular (MEC, 2012). Para Moraes *et al* (2017) ainda é reduzido o número de pessoas com deficiência no ensino superior brasileiro, embora existam políticas de educação inclusiva e de ações afirmativas para seu ingresso.

#### Metodologia

A história de vida foi a metodologia utilizada, neste artigo, por permitir dar voz ao indivíduo uno, histórico, social, político e cultural. Alarcão (2004, p. 8) registra que “[...] a narração das histórias de vida permite remexer o passado, reordená-lo, contextualizá-lo no tempo, no espaço e no contexto de cada indivíduo...”

A escolha dos sujeitos se deu por meio dos seguintes critérios: adesão voluntária – a partir da divulgação da pesquisa em mídias sociais, os interessados deveriam enviar e-mail do grupo de pesquisa manifestando interesse – e por indicação; ser estudante do ensino superior desta instituição; ter disponibilidade para participar da pesquisa. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética (CAAE: 0174.0.135.000-09). Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e tiveram seus nomes preservados; sendo assim, utilizamos nomes fictícios.

As entrevistas foram formuladas, juntamente aos demais participantes interinstitucional, com roteiro semiestruturado, focando em três eixos temáticos: contexto familiar, processos de escolarização e convívio social. Após a fase de formulação, as entrevistas foram concedidas pelos participantes em unidades da instituição localizadas em dois municípios do nordeste do estado paraense.

Os eixos foram construídos a partir da intenção da pesquisa. Portanto, a análise dos dados se dá a partir dos eixos temáticos: Os Participantes e as marcas de sua história, e Ensino Superior.

Este artigo apresenta parte da pesquisa em uma Universidade pública no Estado do Pará. A instituição será representada neste artigo como Universidade.

São participantes desta pesquisa: adultos com deficiência que cursavam o ensino superior. Conforme o Decreto 6.949 (BRASIL, 2009), artigo 1º definição e confirmada no artigo 2º, da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015):

... pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Os participantes da pesquisa eram estudantes da graduação em Universidade pública estadual no nordeste paraense. Ambos cursaram licenciatura.

## Discussão e resultados

- Os Participantes e as marcas de sua história

- a) Fernanda nasceu em 1994. A mãe, aos nove meses de sua bebê, dizia ao pediatra "minha filha tem alguma problema sim", e este retrucava: "Não! É preguiça da Fernanda". Sua mãe foi então a outro médico que, após solicitar exames, relacionou o problema ao citomegalovírus. Aos três anos, Fernanda fez sua primeira cirurgia, tendo sido submetida, ao todo, a sete cirurgias justificadas; por apresentar retardo neuromotor, não andava, não falava.

Fernanda associa sua condição de deficiência ao citomegalovírus. Segundo Lobato-Silva (2016), "o vírus é considerado uma das principais causas de infecção congênita e perinatal [...]", reforçando que a transmissão viral mais comum está relacionada ao contato íntimo e repetitivo da pessoa sadia com secreções do doente. A autora disserta que:

A precocidade na aquisição do vírus também está relacionada à transmissão durante a gestação, chamada de vertical ou pré-natal. Essa forma de infecção desenvolve-se por meio da placenta, ocasionando a infecção do feto. Se a transmissão materno-fetal ocorrer por infecção primária materna, a infecção congênita tem grandes possibilidades de causar graves prejuízos para o feto em desenvolvimento, principalmente, se acontecer no primeiro trimestre de gravidez. Nos casos mais graves da infecção fetal, a criança pode apresentar surdez neurosensorial, hidrocefalia, calcificações intracranianas, prematuridade, microcefalia, tamanho pequeno para a idade gestacional e outros... Por outro lado, quando a criança não é afetada na fase do desenvolvimento uterino, ela poderá adquirir o vírus durante a passagem pelo canal do parto ou nas primeiras mamadas, sendo denominada de transmissão perinatal por vias iatrogênicas. (LOBATO-SILVA, 2016, p. 214).

Contava com sessões de fisioterapia, inclusive na Rede SARAH (hospitais de reabilitação), nas unidades de São Luís (MA) e de Belém (PA); começou a andar sozinha, sem andador, aos 9 anos. Para os atendimentos clínico e fisioterápico, sua mãe levava o seu histórico escolar para apresentar o desempenho.

Sobre a família, Fernanda tem um irmão, o pai é motorista, com formação apenas do ensino fundamental, e a mãe é dona de casa, com formação de magistério em nível médio. Atualmente a participante trabalha como auxiliar de professora e a situação socioeconômica da família é representada da seguinte maneira: renda mensal de pouco mais de um salário mínimo (mil reais); possuem máquina de lavar roupas, geladeira e televisão; residem em área urbana e na casa há um banheiro.

- b) Pedro nasceu, em 1995, com deficiência física congênita, que faz com que apresente dificuldades para andar. Atendimentos clínicos e de fisioterapia não foram necessários.

Para Macedo (2008), a deficiência física congênita é decorrente de causas variadas, como por exemplo: prematuridade, anóxia perinatal, desnutrição materna, rubéola, toxoplasmose, trauma de parto, exposição à radiação, uso de drogas, causas metabólicas e outras ainda desconhecidas.

Macedo complementa que:

Esta deficiência pode ser uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, podendo apresentar-se sob as formas de: paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral e membros com malformação. (MACEDO, 2008, p. 128).

É o mais velho de sete irmãos, e tem uma irmã que adquiriu deficiência após uma cirurgia malsucedida. Seus pais são agricultores e possuem ensino fundamental incompleto. Atualmente reside com um tio, duas tias e uma prima em área rural. Sobre a situação socioeconômica da família atual: o principal provedor é o tio, autônomo, com renda de até 3 salários mínimos; possuem veículo automotor, aparelho de DVD, televisão, rádio, freezer, máquina de lavar roupas, computador.

- O Ensino Superior

Barreyro (2008) descreve que Instituições de Educação Superior (IES) é o nome dado àquelas instituições que ministram educação superior, tais como universidades, faculdades, escolas, institutos, etc., as instituições classificam-se em categorias administrativas: pública e privada.

o sistema federal de ensino superior está integrado pelas Instituições de Ensino Superior (IES) mantidas pela União e as criadas e mantidas pela iniciativa privada. São públicas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público e privadas, as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. As privadas distinguem-se em com ou sem finalidade de lucro. As primeiras são as particulares (em sentido estrito) e as privadas sem fins lucrativos são as comunitárias, confessionais ou filantrópicas. (BARREYRO, 2008, p.21)

A autora destaca que o processo de expansão e privatização da educação superior brasileira sofreu aceleração na década de 1990. A promulgação da Constituição de 1988 já havia mantido o ensino livre à iniciativa privada, como postulado na Constituição republicana de 1893; assim como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Também, afirma-se que recursos públicos podem ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

Sobre o Ensino Superior, a LDB registra:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo

adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o *conhecimento dos problemas do mundo presente*, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – *promover a extensão*, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996).

São muitos os objetivos de uma instituição de ensino superior e estes são repassados aos alunos com respectivo grau de comprometimento, o qual exige mudanças de distintas ordens.

A conquista do curso de graduação, por meio de processo seletivo do Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM, acarretou mudanças e Fernanda destaca os desafios da nova etapa: a saída de casa, mudança de cidade, novas relações.

No superior, a gente já passa assim... já pensou você 8 anos em um colégio, foi o que eu fiquei no João, e de repente saindo de lá, saindo do teu conforto, debaixo das asas da tua mãe, partindo para outra cidade, com outras pessoas que não conheces, não conhece a cidade, não conhece nada! ... para qualquer pessoa é difícil, o impacto é complicado, mas, foi passando prazeroso para mim, um novo obstáculo, mas estou passando bem! (FERNANDA)

Fernanda destaca que, em sua compreensão, não há diferença no tratamento dos professores com ela e enfatiza: “É pau a pau! Não! Não tem diferença não, já dizem para mim: te vira, tu sabe!”.

Pieczkowski e Naujorks (2014, p. 156), em pesquisa realizada, relatam que “os discursos de alguns estudantes parecem refletir culpabilização pela própria deficiência, chamando para si o compromisso de adaptar-se ao contexto universitário”.

Santos e Cerqueira (2009) descrevem vinte e sete programas e/ou ações direcionadas ao ensino superior e os apresenta em cinco categorias: 1) Programas/ações de diversificação acadêmica e de articulação do ensino, pesquisa e extensão; 2) Programas/ações de avaliação e de regulação do sistema; 3) Programas/ações de cooperação e relações internacionais; 4) Programas/ações de articulação da educação superior com a educação básica; 5) Programas/ações de acesso e permanência. Todos relevantes para os caminhos que o ensino superior vem galgando, quer neoliberal ou não.

No entanto, no item 5) Programas/ações de acesso e permanência, destaca-se: 5.1) Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) que substituiu o crédito educativo e financia a graduação de estudantes em IES particular; 5.2) *Programa INCLUIR que objetiva infraestrutura adequada ao ingresso e à permanência da pessoa com deficiência, de acessibilidade na educação superior, apoiando projetos institucionais nessa perspectiva*; 5.3) Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), exclusivo para as universidades federais; 5.4) Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) para a permanência de alunos com baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial; e, 5.6) Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que objetiva a expansão e interiorização da oferta de cursos e programas de educação superior, por meio de parcerias entre as esferas federais, estaduais e municipais do governo.

Na Universidade locus desta pesquisa não se visualizou nenhuma ação de apoio a projetos institucionais ou ainda, não houve qualquer referência dos entrevistados a esta. E há diferença entre acesso e acessibilidade. Manzini (2008, p. 284) salienta que “‘acesso’ traz a ideia de criar condições legais e direitos...enquanto que ‘acessibilidade’ se refere às ações cotidianas e concretas que oferecem oportunidade às pessoas com deficiência”.

Sobre isso, o PDI da instituição destaca que:

Considerando o que preconiza a legislação vigente, a UNIVERSIDADE tem buscado estruturar as condições para o acesso e a permanência das pessoas com deficiências nos diversos cursos que oferta na capital e no interior do Estado, realizando ações como adequação dos espaços físicos já existentes e dos que estão em processo de construção, contratação de técnicos especializados para atendimento aos alunos matriculados com deficiências, aquisição de material necessário às atividades de ensino desses alunos e desenvolvimento e o aprimoramento dos processos seletivos de ingresso. (UNIVERSIDADE, 2017).

O atendimento clínico relatado por Fernanda é sobre a cirurgia que ainda necessita, mas pondera: “já pensou? Eu vou ficar seis meses parada, perder um semestre da faculdade é muito ruim, então estou adiando”.

Dentre as atividades que devem ser oferecidas aos alunos com deficiência na graduação está o planejamento de recursos e serviços, que, no caso de Fernanda, seria esclarecedor e poderia atender sua necessidade. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva evidencia que:

Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão. (BRASIL, 2008).

Na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (BRASIL, 2015), no artigo 3º há algumas descrições das quais destaco acessibilidade e barreiras:

**I - acessibilidade:** possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; **IV - barreiras:** qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.. (Grifos nosso)

Acessibilidade nesta perspectiva contempla autonomia, informação e comunicação que foram negados a Fernanda. Dá-se ênfase a necessária eliminação de barreiras, de qualquer entrave que limite ou impeça a participação social da pessoa.

Pedro, aos 20 anos, foi em busca de atendimento clínico em razão da deficiência, destacando que são “laudos para concursos públicos, buscando os direitos que tem”. Não temos a intenção de julgar e racionalizar as atitudes de Pedro, mas nos vem à mente o questionamento, apresentado por Fernandes (2015): “Somos o que queremos ser ou o que queremos que sejamos?”. E ainda:

É inegável o papel social da Universidade e seu compromisso de não ser indiferente à diferença e a todos os caminhos que busquem um processo educacional mais justo e democrático. Este compromisso é também um resgate histórico, uma dívida pública que deve ser assumido conjuntamente com o sistema e as políticas educacionais. (MOREIRA, 2005, p.5).

Santos, Hostins (2015) e Moreira (2014) ressaltam que a discussão sobre a PcD no ensino superior é recente e demanda vasta pesquisa sobre o acompanhamento destes, sobre as práticas inclusivas e sobre como organizar o Atendimento Educacional Especial (AEE). As autoras destacam, ainda, que os documentos voltados para o ensino superior ora apresentam texto prescritivo para a avaliação, ora apresentam recomendações.

Guerreiro (2012) elenca em seu artigo pesquisas que versam sobre acessibilidade e registra estudos desde o ano 2000, e dentre estas destaco Leonardo, Bray e Rossato (2009) que registraram em dados as mudanças e adaptações realizadas: alterações quanto ao espaço físico (42,8%), mudanças na forma de trabalho (14,3%), conscientização da comunidade interna e externa (4,8%), contratação de profissionais especializados

(4,8%), adaptações físicas já durante a construção (33,3%). Guerreiro infere que não basta construir rampas ou outros elementos da acessibilidade para uma efetiva inclusão, pois esta requer um conjunto de condições de ordem pedagógica, de capacitação e de gestão; e, Rosseto (2009) que em sua tese de doutorado objetivou registrar as trajetórias de pessoas com deficiência no ensino superior, apresentou relatos que abordavam situações de desvantagens com relação às barreiras arquitetônicas, à falta de materiais adaptados e de professores capacitados para atendê-los, entre outras coisas.

A partir do estudo de Rosseto (2009) faz-se a reflexão que em quase dez anos as discussões circulam basicamente em seus resultados: desvantagens com relação às barreiras arquitetônicas, à falta de materiais adaptados e de professores capacitados para atendê-los. Porém, nos dias atuais contamos com robusta legislação, dentre elas a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), e os inúmeros profissionais da Educação graduados nos últimos anos com a formação mínima na perspectiva da Inclusão.

### Considerações finais

Este artigo objetivou apresentar a experiência das pessoas com deficiência no curso de nível superior. Entendemos que suas narrativas são suas verdades, o destaque de suas memórias, e não temos a intenção de julgá-las, no entanto os relatos nos permitiram refletir sobre as possíveis formas de efetivação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva, a realidade escolar, e a vida dessas pessoas.

Os dois participantes praticamente cresceram com a Política de Inclusão vigente no Brasil e relatam, em suas particularidades, em suas ênfases o que conheceram, enfrentaram, se silenciaram ou foram silenciados.

Anseia-se novas pesquisas sobre a pessoa com deficiência no ensino superior com novos sentidos e aliados em tempos de educação inclusiva.

### REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. Prefácio. In: ABRAHÃO, Maria Helena Barreto. **Identidade e vida de educadores rio-grandenses**: narrativas na primeira pessoa (... e em muitas outras). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BARREYRO, Gladys Beatriz. **Mapa do Ensino Superior Privado**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

BRASIL. Decreto 6.949, de 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em: 12 maio. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146, de 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 12 maio. 2017.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva na Política da Educação Inclusiva. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducospecial.pdf>>. Acesso 10 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

FERNANDES, A. P. **A Escolarização da Pessoa com Deficiência nas Comunidades Ribeirinhas da Amazônia Paraense** 280 p. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2015.

GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. **Rev. Educ. Espec., Santa Maria**, v. 25, n. 43, p. 217-232, maio/ago. 2012

LOBATO-SILVA, Dorotéa de Fátima. Citomegalovírus: epidemiologia baseada em dados de soroprevalência. **Rev Pan-Amaz Saude**, 7 núm esp:213-219, 2016.

MACEDO, Paula Costa Mosca. Deficiência Física Congênita e Saúde Mental. **Rev. SBPH** v.11 n.2 Rio de Janeiro dez. 2008

MANZINI, Eduardo José. A acessibilidade: um aporte na legislação para o aprofundamento do tema na área da Educação. In: BAPTISTA, C.R. et al (Orgs). **Educação Especial**: diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Mediação, 2008.

MORAES, Marcia; MASCARENHAS, Luiza Teles; FONTES, Fernando; MARTINS, Bruno Sena. Introdução. In: MORAES, Marcia; et al. **Deficiência em Questão**: para uma crise da normalidade. Rio de Janeiro: NAU, 2017.

MOREIRA, Laura Ceretta. In(ex)clusão na Universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão. **Cadernos de Educação** (Revista de Educação Especial). Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4902/2939>>. Acesso em 10 jun. 2017.

PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro; NAUJORKS, Maria Inês. Inclusão no Ensino Superior: discursos e expectativas de estudantes com deficiência. In: PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro; NAUJORKS, Maria Inês (Orgs). **Educação, inclusão e acessibilidade**: diferentes contextos. Chapecó: Argos, 2014.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustaquio Amazonas de. ENSINO SUPERIOR: trajetória histórica e políticas recentes. Disponível em: <<http://flacso.org.br/files/2016/10/Ensino-Superior-trajetoria-historica-e-politicas-recentes.pdf>>. Acesso em 23 de maio de 2018.

SANTOS, Tatiana dos; HOSTINS, Regina Célia Linhares. Política Nacional para a Inclusão no Ensino Superior: uma Revisão da Legislação. **UNOPAR Cient.**, Ciênc. Human. Educ., Londrina, v. 16, n.3, p. 194-200, 2015.

UNIVERSIDADE. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2017/2027**. Belém: UNIVERSIDADE, 2016.

[1] Grifo nosso.